

ATA DA 86ª REUNIÃO DO COLÉGIO NACIONAL DE AUDITORES

Local: Unimed do Brasil

Data: 29/11/2017

Horário de Início: 9:00h

Horário de Término: 17:00h

Nome	Área / Empresa
Ana Lucia Freire Cantalice	Federação Paraíba
Ana Maria Ribeiro	Unimed Porto Alegre
Carlo Rodrigo Moraes Duarte	Unimed Guarulhos
Celso José Eugênio Pinto	Unimed Sorocaba
Claudia Cristina dos Reis Mendes	Unimed Porto Alegre
Claudia Rosa e Silva	Federação Minas Gerais
Claudia Terezinha Oliveira Rodrigues	Unimed Vitória
Daniela Menezes Borges	Unimed Norte do Mato Grosso
Eduardo Blay Leiderman	Unimed São Carlos
Edson Harima	Unimed Cuiabá
Eliane Araujo e Silva Felix	Federação Mato Grosso do Sul
Flavio Henrique Guimarães Freire Simeão	Unimed Campinas
Francisco José de Freitas Lima	Unimed do Brasil
Glaucya Sandzer	Central Nacional Unimed
Gloria A. L. Huber	Federação Santa Catarina
Jean Carlos Bastos	Unimed Belo Horizonte
João Carlos B. Cristovão	Unimed Ribeirão Preto
João Pinto de Queiroz Falcão	Federação Bahia
Judith Monteiro de Barros	Unimed São José dos Campos
Leonardo R. Anhesini	Unimed Araraquara
Luciana Miranda Ramos	Federação Rio de Janeiro
Luis Antonio Adamson	Unimed Centro Paulista
Luis Donizete da Silva Stracieri	Unimed Ribeirão Preto
Marcelo Gomes	Central RS
Marcus Eider Marson	Unimed Sorocaba
Maria Ruth Barros Virgolino	Unimed Belém
Mauricio Roberto Anhesini	Intrafederativa Oeste Paulista
Nilton Carlos Busch	Unimed Bauru
Paulo Bigheti	Unimed Centro Oeste Paulista
Paulo Erui Moller Machado	Fed. Rio Grande do Sul
Raphael Correa Santa Ritta	Unimed Grande Florianópolis
Reinaldo Ramalho	CBO - Convidado

Sabrina Dalla Pia	Unimed Rio Preto
Sandra M. F. Rodrigues	Seguros Unimed
Sheyla Leite	Unimed do Brasil
Silvia Archero Amaral	Unimed do Brasil
Silvia Maria de Almeida Farias	Unimed São José dos Campos
Simone Cidade	Fed. Rio Grande do Sul
Solange Moreira	Unimed Norte do Mato Grosso
Sonia de Fatima Celeste	Unimed Campinas
Soraia Helena Dantas	Unimed Natal
Sueli A. Pinotti	Unimed Bebedouro
Suzana Maria Guedes Neves Toneto	Unimed Porto Alegre
Tasia de Albuquerque	Unimed Natal
Vanessa Crepaldi	Unimed Campinas
Vardeli Alves de Moraes	Unimed Goiania
Wiston Barredo Romero	Federação Mato Grosso

Coordenação: Dr. Francisco José de Freitas Lima - Regulação em Saúde - Unimed Brasil - Confederação Nacional das Cooperativas Médicas.

Vigência: **02/01/2018** (atendimentos prestados).

PONTOS DISCUTIDOS

Assunto 01 - Abertura

Realizado a abertura pelo Dr. Francisco com verificação de quórum e dando boas-vindas a todos os presentes.

Assunto 02 - Planejamento Estratégico - Encontro com a Diretoria da UNIMED do Brasil

Dr. Francisco comunica a presença da Diretoria da UNIMED do Brasil. Dr. Orlando Fittipaldi justifica ausência de alguns diretores por compromissos assumidos anteriormente e passa a palavra à Dra. Viviane Malta, que exalta o árduo trabalho da auditoria em saúde nas Singulares. Sr. Rodolfo Maritano ressalta o compromisso regulador da UNIMED do Brasil dentro do sistema existente. Dr. Paulo Webster reforça o papel do CNA no sistema. Membros do CNA fazem uso da palavra para expressar os desejos do CNA - ser consolidado como órgão técnico regulador do sistema UNIMED. Dr. Francisco explica o momento de transformação atual e a importância do planejamento estratégico na área. Dr. Paulo Webster e Dr. Marcelo Mergh enfatizam a necessidade de aproximação entre corpo técnico e diretores para o êxito do sistema. Dr. Darival Olinda fala sobre melhoria de qualidade ao cliente através de ações inteligentes do sistema.

Assunto 03 - Aprovação da ata 85ª do CNA

Leitura da ATA pela Dra. Gloria Huber e aprovada pelos membros com correções apenas na ortografia na própria ata 85ª.

Assunto 04 - Metodologia do ROL 2018 - RN 428

Dr. Francisco faz apresentação sobre a metodologia utilizada para inclusão de novos procedimentos/medicamentos no COSAÚDE - ANS. No novo ROL foram aprovadas dezoito inclusões já apresentadas nas reuniões anteriores do CNA. Maior impacto foi a modificação da DUT de tratamento ocular quimioterápico com antiangiogênicos.

Decisão:

Só comunicação

Assunto 05 - Formulário para solicitação de Antiangiogenico no Intercâmbio Nacional - Dr. Reinaldo Ramalho

Dr. Reinaldo apresenta o tema “Cirurgias de Retina” - Aspectos relacionados à multiplicidade de cobrança. Demonstrou uma planilha de orientação para análise dos procedimentos oftalmológicos que será encaminhada para o CNA (e para o sistema UNIMED). A seguir passa a discutir sobre o uso de antiangiogênicos de acordo com coberturas previstas pela ANS. Apresenta os formulários propostos para autorização de drogas (Lucentis e Eylia) para as coberturas obrigatórias do ROL ANS, preparados para cada caso em particular.

Dr. Francisco provoca uma breve discussão sobre o parecer do CBO sobre valoração do porte em dobro, para pacientes internados em apartamentos ou quarto privativo, em hospital dia ou UTI, que deixa a cargo da AMB a dobra de valoração de HM para os casos de facectomia.

Decisão:

Em relação às cirúrgicas de retina, devido ao padrão de solicitação com múltiplos códigos, há necessidade de se identificar os procedimentos imprescindíveis para resolução do quadro no ato da autorização. Os demais procedimentos complementares, advindos de intercorrências transoperatórias e seu MAT/MED, serão autorizados, dependendo do envio de relatório médico circunstanciado pós procedimento ou auditoria concorrente.

Assunto 06 - Revisão da ata 51 - cobrança de pacotes em multiplicidade - Dr. Reinaldo Ramalho Já definido na reunião passada.

Decisão:

Ratificado que a cobrança de dois pacotes é cabível apenas quando os mesmos forem executados por equipes cirúrgicas diferentes.

Assunto 07 - Guias de OPME - Câmara Técnica de Implantes - Enf. Andréa Bergamini

Enf. Andreia Bergamini fala sobre o desenvolvimento de gabaritos de procedimentos e OPME no modelo que ANS tinha divulgado. Também aborda o desenvolvimento da tabela de similaridade de OPME que deverá iniciar pela área de Cardiologia. Sheila Mittelstaedt ressalta a reestruturação do CTNPM através da sua internalização da UNIMED do Brasil, onde o setor passa a responder diretamente para o Sistema UNIMED. Comunica a troca da direção médica do CTNPM a partir de janeiro/2018 e a mudança também do negociador oficial do sistema.

Decisão:

Só comunicação.

Assunto 08 - Perícia Médica - Consulta Pública - Dra. Silvia Amaral

Dra. Silvia Archero discorre sobre a consulta pública prolongada para o tema em questão cujo resultado foi apresentado. Apesar da divergência, houve manifestação da maioria para manutenção da Perícia Médica para procedimentos específicos.

Decisão:

1. Serão passíveis de perícia medica somente os procedimentos listados no anexo 1 desta ata e que serão devidamente identificados no ROL UNIMED.
2. A perícia médica não é compulsória mesmo para os procedimentos listados no anexo 1 desta ata, mas passará a ser obrigatória sua realização mediante a solicitação expressa da UNIMED Origem para o caso. Uma vez solicitado pela UNIMED Origem, a UNIMED Executora é obrigada a providenciar a perícia médica para o procedimento solicitado.
3. Esta perícia deverá ser solicitada por um médico da auditoria da UNIMED Origem (não permitido solicitação partindo de outros profissionais), e em formulário padrão (a ser desenvolvido pela UNIMED do Brasil) com questionamento dirigido: o auditor deve informar, na solicitação, exatamente o que ele quer saber com a realização da perícia médica.
4. Não compete a Perícia Médica decidir pela condição favorável (ou não) do procedimento, mas apenas elucidar às dúvidas apresentadas pela UNIMED Origem do cliente.

Assunto 09 - Pagamento a Instrumentador Cirúrgico e Manual de Intercâmbio Nacional

Sheyla B Leite, explica que o MIN com vigência em 01.01.2018 possui um capítulo específico para reembolso na relação de intercâmbio - quando houver cobrança indevida ao cliente da Unimed Origem, de acordo com a legislação vigente, para coibir discriminação de clientes de intercâmbio, conforme deliberação do Fórum de dirigentes Transformar para Avançar/2016. E que, uma recorrente dúvida, e presente também durante os treinamentos nas federações do novo MIN é a questão de cobrança direta ao cliente da Unimed Origem do instrumentador cirúrgico por alguns prestadores. Houve discussão sobre o tema, que já foi pautado e definido por esse colegiado (conforme atas anteriores) porém o assunto foi devolvido pelo Conselho Confederativo a este Colégio para decisão final.

Decisão:

O Colégio Nacional de Auditores ratifica que a remuneração de instrumentação cirúrgica é parte integrante da composição da Taxa de Sala Cirúrgica. Cabe o reembolso integral do referido valor, quando o beneficiário solicitar à Unimed Origem, (comprovando documentalmente). A Unimed Origem por sua vez poderá emitir fatura contra a Unimed Executora, no valor integral cobrado, que deverá ser quitada pela mesma. Essa definição terá vigência para os atendimentos prestados a partir de 02.01.2018.

Assunto 10 - Nome do Profissional executante - padrão TISS

Retirado da pauta a pedido da Equipe de Intercâmbio da UNIMED do Brasil.

Assunto 11 - Campo Tipo de participação - retificação da ata 83

Equipe de Intercâmbio solicita correção de texto da ata 83 do CNA sobre o tema como segue: “(...). Foi aprovado o encaminhamento feito pelo Dr. Francisco que, para procedimentos classificados como *Honorário Médico*, *mas que não possuam participação cirúrgica em sua realização*, não podem ser glosados por motivo de Tipo de Participação incorreta. Sendo assim, o TP_PARTICIPAÇÃO destes procedimentos médicos podem ser preenchidos pela Unimed Executora com qualquer uma das classificações previstas no manual do PTUA500, vigente na data do atendimento, conforme informações recebidas do prestador executante do atendimento. Portanto, não cabe glosa do campo tipo de participação para estes procedimentos. Para os demais procedimentos e insumos com o tipo de participação prevista no manual do PTU, segue a regra e classificação já disponibilizada. ”

Decisão:

Aprovada a nova redação.

Assunto 12 - Encaminhamentos do Comitê Consultivo**a) Alça e pinça de polipectomia - proposta de revisão do texto.**

UNIMED Federação Minas enviou sugestão de modificação de texto da Ata 68 sobre uso de pinças de biópsia para:

“A pinça de biópsia descartável não será remunerada no Intercâmbio Nacional pois há instrumental permanente com a mesma função. A alça de polipectomia será remunerada no máximo 1/3 do maior valor negociado pelo CTNPM”. Para os casos onde a Singular escolha utilizar o material descartável, o mesmo poderá ser cobrado no intercâmbio com seu valor máximo limitado a 1/3 do maior valor negociado pelo CTNPM.

Comitê Consultivo:

Aprovar a substituição do texto da ATA 68 do CNA.

Decisão:

Aprovado a correção do texto referente a ATA 68 do CNA.

b) Percentualidades e quantidade máxima de pagamento de pacotes clínicos concomitantes;

Assunto não discutido na reunião do Comitê Consultivo e remetido para avaliação do Grupo Técnico de Pacotes.

c) Pagamento de Honorários Médicos em Unidade de Terapia Semi Intensiva - Dr Vardeli.

Dr. Vardeli coloca sobre a situação em Unidade de Cuidados Semi-intensivos (relacionado à legislação) - necessidade de pagamento de honorários médicos para plantonista na referida unidade.

Comitê Consultivo:

Assunto não encontrou consenso no grupo e ficou da Dra. Claudia Rosa trazer um estudo mais aprofundado sobre o assunto.

Decisão:

Dra. Claudia Rosa trará estudo detalhado sobre o tema na próxima reunião do CNA.

d) Rol 2018 - Codificação de novos procedimentos (Procedimentos sem codificação previstos no próximo ROL ANS)

Assunto está em discussão na Câmara Técnica CBHPM. Dr. Francisco informa que haverá reunião da Câmara Técnica CBHPM na próxima semana para discutir codificação e valoração dos procedimentos que estão no Rol e não estão contemplados na CBHPM. Por esse motivo, o Rol 2018 poderá passar por adequação

Comitê Consultivo trouxe sugestão para Palivizumabe.

Decisão:

Aprovado sugestão do comitê consultivo:

1. Para a utilização de Palivizumabe será criado código específico no valor R\$ 0,01 para liberação em sistema.
2. É permitida a cobrança de Taxa de Aplicação de Medicamento no valor máximo de R\$ 10,00 (já definido pelo CNA) quando administrado em ambulatório.
3. Palivizumabe deverá ser cobrado no código TUSS específico do medicamento.

e) Dermatoscopia (procedimento no Baixo Risco)

O procedimento Dermatoscopia tem regras para liberação (definidas pelo CNA), mas está na tabela de baixo risco, o que torna impossível a adequada avaliação prévia do referido procedimento.

Comitê Consultivo:

Passar o procedimento para a tabela de racionalização com necessidade de relatório médico para sua liberação.

Decisão:

Aprovado encaminhamento do Comitê Consultivo. O procedimento 41301137 - Dermatoscopia (por lesão), será realocado no ROL UNIMED como tabela de racionalização com necessidade de relatório médico para sua liberação para a próxima versão do Rol Unimed com vigência em janeiro/2018.

f) Pagamento em dobro dos Honorários Médicos do médico intensivista diarista e intensivista plantonista - Dr Vardeli;

Há divergência entre instruções do ROL UNIMED (não dobra o honorário do intensivista diarista quando o cliente tem direito a acomodação apartamento) e instruções da CBHMP (dobra o honorário do intensivista diarista quando o cliente tem direito a acomodação apartamento).

Comitê Consultivo:

Manter a regra do ROL UNIMED sobre o assunto (lembrar que o ROL UNIMED é documento referência para remuneração do sistema UNIMED em intercâmbio).

Decisão:

Aprovada sugestão do Comitê Consultivo, com a manutenção das informações constantes nas instruções gerais do ROL UNIMED, onde o código 10104011 - Atendimento do intensivista diarista (por dia e por paciente), não dá direito a remuneração dobrada quando o cliente possui plano com previsão de internação em apartamento.

g) Porte anestésico em SADT

Há diferenças nos valores de honorários de anestesista (para mesmo porte anestésico) se for procedimento da planilha de HM, quando comparado com o honorário de anestesista da planilha de SADT. Discutido a origem destas divergências e Dr. Francisco informa a existência de um grupo técnico dentro da CNHM para discussão das divergências do ROL UNIMED existentes hoje.

Comitê Consultivo:

Manter a regra do ROL UNIMED sobre o assunto (lembrar que o ROL UNIMED é documento referência para remuneração do sistema UNIMED em intercâmbio).

Decisão:

Aprovado remuneração do anestesista de acordo com o indicado no ROL UNIMED Vigente, ou seja, HM de procedimentos da planilha de SADT, deverá ser considerado o porte da planilha de SADT.

h) Remuneração de colas adesivas para sutura de pele em pacientes pediátricos - Dra Regina;
Não discutido

i) Formulário de solicitação para cirurgia bariátrica no intercâmbio - Consulta Pública - Dra Ana Cantalice;
Não discutido.

j) Remuneração de taxa/materiais/medicamentos para pessoa física em consultório.

Apresentado e discutido o parecer da área jurídica da UNIMED Minas sobre remuneração de taxa/materiais/medicamentos para pessoa física em consultório. Assunto controverso com importante impacto para singulares que já tem negociação contratualizada sobre o tema.

Decisão:

Aprovado sugestão do Comitê Consultivo:

Será feita consulta detalhada ao setor jurídico e contábil da UNIMED do Brasil. Conforme ata 78ª do CNA a regra proposta diz: “Para o Intercambio Nacional **não é permitido cobrança** de taxas, materiais e/ou medicamentos para **pessoa física (cooperado)**”. As singulares que tem divergência da regra proposta não podem ser punidas com glosas no Intercambio Nacional até consideração final.

k) Procedimentos SADT solicitados por profissionais não médicos

Procedimentos solicitados por profissionais não médicos, que contêm carimbo e assinatura do médico abaixo do carimbo do solicitante (nutricionista, psicólogo, etc.), tem se tornado relativamente frequentes no Intercambio Nacional. Discutido sobre as situações onde o médico apenas endossa através de carimbo e assinatura pedido de exames feitos por profissionais não médicos.

Decisão:

Aprovado sugestão do comitê consultivo

1. Pedidos de exames complementares oriundos de profissionais não médicos não tem cobertura contratual.
2. Quando médico carimba o pedido de exames, endossando os mesmos, entendemos que não há como negar o procedimento.
3. Condutas suspeitas devem ser tratadas com a Unimed Executora para que estes desvios sejam evitados.

l) Taxa de vídeo para procedimentos que não apresentam UCO - Dra. Cláudia Rosa;

Dra. Claudia Rosa faz apresentação sobre procedimentos executados por vídeo e que não possuem na CBHPM o valor expresso para UCO, mostrando vários procedimentos nesta situação.

Decisão:

Aprovado encaminhamento do Comitê Consultivo.

1. Será feito um “de/para” para estes códigos utilizando procedimentos por analogia, que será apresentado pela Dra. Claudia na próxima reunião (considerando os procedimentos discutidos nesta reunião).
2. Corrigido o texto da ata 084 - Taxa por uso de sala de endoscopia: não cabe cobrança de taxa de aparelho específica e da taxa de vídeo concomitante, considerando a própria hierarquização proposta pela CBHPM (base do ROL UNIMED).

****O limitador de 50% da UCO serve para aparelhos específicos tanto quanto para a taxa de vídeo (não podem ser cobrados concomitantes as taxas de vídeo e taxa de aparelho específico).**

m) PSA Livre e PSA Total

Dr. Francisco explica que na confecção do ROL UNIMED foi feita composição de preços na época da formação dos mesmos conforme a descrição da antiga AMB.

Decisão:

Aprovado sugestão do Comitê Consultivo. Será feito a correção dos valores no ROL UNIMED, de acordo com UCO dos procedimentos em códigos diferentes e codificação CBHPM. Esta alteração deve ser contemplada no novo Rol Unimed de janeiro/2018.

Deverá ser retirado da tabela de excludentes para evitar glosas desnecessárias (código 40316130 - Antígeno específico prostático livre (PSA livre) - pesquisa e/ou dosagem - com o código 40316149 - Antígeno específico prostático total (PSA) - pesquisa e/ou dosagem - não serão mais considerados excludentes).

n) Alteração de quantidade de solicitação de glicose no baixo risco.

Atualmente, no Rol UNIMED, código 40302040 -Glicose - pesquisa e/ou dosagem permitido na quantidade de uma vez por transação. Há solicitação de ampliação para quantidade duas vezes para contemplar situações de necessidade de verificação de glicemia pré e pós-prandial. Comissão de adequação do ROL foi favorável à solicitação.

Comitê Consultivo:

Manter quantidade proposta no ROL UNIMED (uma vez) considerando que há códigos específicos que contemplam, quando necessário, realização de mais de uma dosagem.

Decisão:

O Colégio Nacional de Auditores entende que deve ser permitido a liberação, em uma mesma transação, de duas vezes o exame de glicemia para contemplar a situação exposta (não é o mesmo que o código 40302709 - Teste oral de tolerância à glicose - 2 dosagens). Observar que se trata decisão contrária ao encaminhamento do Comitê Consultivo.

o) Regulação Médica

Realizado rápida apresentação do Dr. Paulo Webster, sobre o modelo de regulação da UNIMED Federação Rio Grande do Sul e necessidade de homogeneização desta regulação dentro do sistema UNIMED. Mais informações sobre este assunto podem ser encontradas no manual de Regulação Médica Assistencial editado recentemente pela UNIMED do Brasil.

Decisão:

Só comunicação.

p) Tabela de Racionalização em Oftalmologia para SADT

Dr. Reinaldo informa que quatro procedimentos SADT oftalmológicos (Mapeamento de Retina, Ceratoscopia Computadorizada, Microscopia Especular e Paquimetria Ultrassônica) estão no baixo risco do ROL UNIMED e que tem impacto significativo na sinistralidade das cooperativas. Estes exames têm indicação específica, sugerindo que estes procedimentos devem ser passados para a tabela de racionalização para um melhor controle.

Decisão:

Remanejar os exames mencionados do baixo risco para a tabela de racionalização na próxima versão do ROL UNIMED com vigência em janeiro/2018.

q) Cobrança de taxa de sala para endoscopia e colonoscopia no mesmo momento

Dr. Mauro Couri coloca a questão da cobrança destas duas taxas concomitantes: para taxa de sala de endoscopia digestiva alta e endoscopia digestiva baixa.

Decisão:

Para estes casos as taxas deverão ser cobradas/remuneradas como 100% para a maior taxa e 50% para a menor taxa.

r) Adicional de Urgência para o pagamento de atendimento de berçário

Discutido sobre a aplicabilidade do adicional de Urgência/Emergência para o código “10103015 - Atendimento ao recém-nascido em berçário”. É entendimento do Colégio Nacional de Auditoria que este código deve ser utilizado para cobrir as visitas hospitalares do pediatra ao RN até o terceiro dia, sendo tratado como o código “10102019 - Visita hospitalar (paciente internado)” e não faz jus ao adicional de 30% praticado em atos de URGÊNCIA e/ou EMERGÊNCIA em horário especial definido no ROL UNIMED.

Decisão:

1. O código 10103015 contempla visitas até o terceiro dia de vida, portanto remunera-se este código apenas uma vez por RN.
2. Não cabe adicional de Urgência/Emergência para este código.

Assunto 13 - Deliberações CONENFA - Enfermeira Edilene

a) Conceito e regras de cobrança de diária hospitalar

Apresentado o conceito de diária hospitalar definido pelo CONENFA como segue:

É a modalidade de cobrança pela permanência de um paciente por um período indivisível de até 24 horas em uma instituição hospitalar. A definição do horário que estabelece o início/fim do período é de competência de cada Hospital com a operadora contratualizada. Frações relativas ao dia de internação e de alta devem ser considerados como diária completa, quando clinicamente justificado. A seguir apresentou as deliberações.

Decisão:

Aprovado

Regras para cobrança:

- As diárias dentro de uma internação são sempre indivisíveis e a primeira inicia-se no momento da internação do paciente.
- A diária da alta não será remunerada, exceto em caso de óbito, alta administrativa ou quando clinicamente indicado, desde que previamente autorizado.
- O somatório das diárias não poderá ser maior que o total de dias de internação. Quando isto ocorrer deverá haver justificativa clara e detalhada de porquê o número total de diárias ficou maior que o total de dias internados.
- A composição da diária refere-se aos itens considerados como parte integrante do valor pago por dia de internação, incluindo o dia da alta.
- Existe variação das nomenclaturas das diárias e a base para o Intercâmbio Nacional será a Tabela 18 TUSS Unimed.
- Os códigos das diárias e taxas hospitalares para trafegar Intercâmbio Nacional constam nas abas aprovadas na Tabela 18 TUSS Unimed vigente na data do atendimento.

Além disto, o CNA solicita que todos os contratos estabelecidos com a rede prestadora definam horários claros para alta hospitalar a fim de coibir abusos na cobrança. Será realizada consulta pública sobre a definição de horário para alta hospitalar.

b) Conceito e regras de cobrança de taxa de observação

Compreende o período entre a solicitação e o término da Observação Médica, em Sala de Repouso, em ambiente apropriado, com as devidas anotações em relatório médico e anotação de enfermagem. No Intercâmbio Nacional a taxa será pertinente para pagamento, baseada na análise da indicação médica, diagnóstico, medicação administrada e justificativa técnica para a permanência em observação.

Códigos de acordo com a tabela 18 TUSS UNIMED:

- 60033665 - TAXA DE SALA DE OBSERVAÇÃO, ATÉ 12 HORAS
- 60033681 - TAXA DE SALA DE OBSERVAÇÃO, ATÉ 6 HORAS
- 60033711 - TAXA DE SALA DE REPOUSO/OBSERVAÇÃO PA / PS, ATÉ 12 HORAS
- 60033720 - TAXA DE SALA DE REPOUSO/OBSERVAÇÃO PA / PS, ATÉ 6 HORAS
- 60000325 - TAXA COMPACTA DE REPOUSO EM PRONTO SOCORRO

Regras para cobrança:

- Verificar composição na Tabela de Composição Geral de Diárias e Taxas do Intercambio Nacional
- Taxa de Observação: período de 12 horas que será equivalente ao valor correspondente a esta taxa.
- Período superior a 06h01 horas com limite máximo de 12h: a remuneração será aquela correspondente a do Hospital Dia ou taxa de observação até 12 horas.
- Ultrapassados as 12h01: a remuneração será aquela atribuída a Internação.
- Para efeito de pagamento, na ocorrência de internação, exclui-se o pagamento da Taxa de Observação, ou seja, no Intercâmbio Nacional não será permitida a cobrança, na situação acima, da taxa de Observação + Internação. Será remunerada somente a Internação.

OBSERVAÇÕES:

- A taxa de observação deverá ser validada tecnicamente pela auditoria da executora
- Não é cabível acréscimo sobre a taxa de sala de observação referente ao horário de atendimento ao paciente.
- A taxa não será aplicada para os procedimentos de enfermagem ambulatoriais (Ex: troca de sondas, curativos, aplicação de medicamentos entre outros) ou quando não atender aos critérios mencionados acima

Houve discussão pelo CNA, havendo várias dúvidas sobre a utilização destas taxas e suas codificações.

Decisão:

Remeter o assunto novamente ao CONENFA para esclarecimentos e definição do uso da codificação proposta.

c) Regra de remuneração/cobrança de sonda Carlens no intercambio nacional

Explicado pelo CONENFA que a sonda Carlens (sonda para entubação bronquial seletiva esquerda) está classificada na TNUMM como material de consumo hospitalar. Assim sendo, embora de custo elevado, não necessita autorização prévia para uso em intercâmbio.

Encaminhamento do CONENFA: Será realizado estudo das marcas de maior relevância, estudos dos rótulos e levantamento de possibilidades de fracionamento para apresentação na próxima reunião.

Decisão:

Aprovado encaminhamento do CONENFA, ou seja, será realizado estudo das marcas de maior relevância, estudos dos rótulos e levantamento de possibilidades de fracionamento.

d) Regra de remuneração/cobrança de perneiras de compressão pneumáticas no intercâmbio nacional

Houve manifestações do CONENFA quanto a esclarecer critérios de indicação/utilização para padronização de normas.

Encaminhamento do CONENFA:

1. Não pagamento, devido a classificação como órtese e similar permanente,
2. Pagamento com critérios e negociação pelo CTNPM. Verificar se a classificação como “órtese” e a necessidade de autorização.

Decisão:

As perneiras de compressão pneumática não serão remuneradas em Intercâmbio Nacional, pois o CNA entende que o referido material é prótese não implantável e não relacionada ao ato cirúrgico, estando excluída de cobertura obrigatória segundo ROL ANS vigente.

e) Cobrança de Monitorização (oxímetro de pulso e monitor cardíaco) em enfermaria e apartamento

Encaminhamento do CONENFA: incluir as monitorizações (oxímetro de pulso e monitor cardíaco) em enfermaria e apartamento dentro da composição das referidas diárias, sem exceções. Lembrando que na acomodação UTI (e similares) estas monitorizações já fazem parte da composição das diárias.

Decisão:

Aprovado encaminhamento do CONENFA: Esta monitorização está dentro da composição da diária.

f) Cobrança de eletrodos descartáveis para exames de teste ergométrico

Encaminhamento do CONENFA: Considerando que o procedimento em questão possui UCO na CBHPM, não cabe remuneração de material a parte da remuneração prevista no ROL UNIMED para o procedimento.

Encaminhamento do CONENFA: Não remunerar eletrodos descartáveis para realização de teste ergométrico (item incluso no exame)

Decisão:

Aprovado encaminhamento do CONENFA: Não remunerar eletrodos descartáveis para realização de teste ergométrico (item incluso no exame).

g) Cobrança de materiais de assepsia, em atendimentos sem cobrança de diárias e taxas

Abordado tema por haver divergências de cobranças destes itens no intercâmbio nacional gerando glosas e discussões em AJIUS. Considerando o valor ínfimo e que, quando da migração dos materiais de assepsia para a composição das taxas e diárias, lembrou-se que ficou acordado que, em intercâmbio nacional, não seria permitido qualquer tipo de cobrança destes materiais, independentemente de haver cobrança ou não de taxas.

Encaminhamento do CONENFA: Materiais de assepsia, fitas adesivas de qualquer tipo ou modelo e EPI não devem ser remuneradas no Intercâmbio Nacional em qualquer situação (internação, exames, procedimentos, consultas, etc.)

Decisão:

Aprovado encaminhamento do CONENFA: Não remunerar materiais de assepsia e fitas adesivas.

h) Agulha 40x12 com dispositivo de segurança (para diluição)

Este assunto tem sido motivo de discussão em intercâmbio nacional. Solicitado esclarecimentos junto ao Dr. Luiz Fonseca, responsável pelo tema na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Encaminhamento do CONENFA: considerando que a NR32 (Ministério do Trabalho) não trata de riscos físicos em relação ao uso de materiais pelo profissional de saúde e à posição levantada junto à ANVISA sobre o assunto, entendemos que na agulha 40x12 com dispositivo de segurança, quando utilizada para diluição de medicamentos, não deve ser remunerada em intercâmbio nacional por não haver risco biológico nestes casos.

Decisão:

Aprovado o encaminhamento do CONENFA: Não remunerar agulha 40X12 com dispositivo de segurança para diluição.

Assunto 14 - Deliberações do Grupo Técnico TNUMM - Farmacêutica Noele

a) Cânula Traqueostomia

Apresentado propostas de remuneração para o referido material.

Decisão:

1. As cânulas de traqueostomia de uso corriqueiro em ambiente hospitalar, descartáveis com ou sem balão, devem ser classificadas como órteses sem a necessidade de autorização prévia e devem ter seu valor constante na TNUMM com preço único, independentemente do tipo e/ou marca, em R\$ 50,00.
2. Para modelos de longa permanência deve ser mantido tratamento como Órteses, portanto necessária justificativa para uso e autorização prévia pela UNIMED Origem do cliente para seu uso.

b) Revisão dos itens da TNUMM

Decisão:

Aprovado

Nome Técnico	Atual	Revisão
Equipo aquecedor de Sangue/Fluido	Material Especial	Material Especial sem necessidade de autorização
Equipo Ortopedia/artroscopia	Material Especial	Material Especial sem necessidade de autorização
Bomba elastomérica autofuser	Material Consumo	Material Especial sem necessidade de autorização
Equipo ortopedia/bomba	Material Consumo	Material Especial

c) Definições LPM

Quando entrar a valoração TNUMM baseada na LPM, como deverá constar o valor na TNUMM de materiais de consumo hospitalar já negociados pelo CTNPM: valor bruto negociado, valor negociado acrescido de taxa de logística ou valor constante na LPM?

O Grupo da TNUMM sugere a precificação conforme valor CTNPM + 15% referente a taxa de custo.

Decisão:

Assunto deve ser discutido pelo grupo TNUMM/LPM para posterior aprovação no Conselho Confederativo.

d) Agulha de Huber

Conforme ata 80 DO CNA as agulhas de HUBER devem ser pagas no valor vigente da tabela CTNPM utilizadas na data de atendimento, independente da marca utilizada (independente da TNUMM). Quando entrar a valoração TNUMM baseada na LPM, qual valor deverá constar na TNUMM: valor LPM ou valor negociado pelo CTNPM? Há dúvidas de como proceder uma vez que no CTNPM há marcas diferentes negociadas com valores diferentes.

Decisão:

Mantido as regras existentes sobre remuneração deste material, ficando como teto máximo a ser cobrado o valor negociado pelo CTNPM.

Assunto 15 - Calendário de Reuniões

Para atender à solicitação da Diretoria Executiva da Unimed do Brasil, as reuniões do Colégio Nacional de Auditores Médicos continuarão bimestrais, e as datas serão divulgadas posteriormente com primeira reunião para fevereiro/2018.

Assunto 16 - Impacto novo ROL ANS - Paola Mara de Oliveira Quinto

Apresentado o trabalho da equipe de atuários do Sistema UNIMED. Após discussões no grupo, decidiu-se pela mudança de alguns critérios excluindo o menor número de procedimentos possíveis para cálculo de impacto. Será enviado o material para considerações - para Federações e Singulares dos participantes do Colégio Nacional de Auditores - com prazo máximo para considerações de uma semana.

Pendências			
Assunto	O que	Quem	Quando
8	Perícia Médica - Criação de formulário padrão para o Intercâmbio Nacional	CNA	A definir
12.b	Percentualidades e quantidade máxima de pagamento de pacotes clínicos concomitantes	Grupo Técnico de Pacotes	Para próxima reunião do GT de Pacotes
12.c	Pagamento de Honorários Médicos em Unidade de Terapia Semi Intensiva - Dra. Claudia trará estudo	Dra. Claudia Rosa	Próxima reunião
12.h	Remuneração de colas adesivas para sutura de pele em pacientes pediátricos - Dra. Regina ausente	Dra. Regina	Próxima reunião
12.i	Encaminhar consulta pública o formulário de solicitação para cirurgia bariátrica no intercâmbio	Unimed do Brasil	Próxima reunião
12.j	Fazer consulta detalhada ao setor jurídico e contábil da UNIMED do Brasil sobre a	Regulação em Saúde	Próxima reunião

	remuneração de taxa/materiais/medicamentos para pessoa física em consultório		
12.l	Taxa de vídeo para procedimentos que não apresentam UCO - Será feito um “de/para” para estes códigos utilizando procedimentos por analogia	Dra. Claudia Rosa - Fed. Minas	Próxima reunião
13.a	Consulta Pública sobre a definição de horário para alta hospitalar.	Unimed do Brasil	Próxima reunião
13.b	Esclarecimentos e definição do uso da codificação proposta para taxa de observação.	Conenfa	Próxima reunião
13.c	Será realizado estudo das marcas de maior relevância, estudos dos rótulos e levantamento de possibilidades de fracionamento para sonda Carlens no intercambio Nacional.	Conenfa	Próxima reunião

Eu, Wiston Barredo Romero, relator da 86ª Reunião do Colégio Nacional de Auditores Médicos redigi a presente ata.